



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Política de “liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha”

Tanto Guangdong como Macau estão a promover, activamente, a implementação de todas as etapas do Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Segundo as informações, a gestão de entrada e saída das mercadorias aplicável à Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, através da liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha [1], poderá ser implementada ainda neste ano. No âmbito deste modelo inovador de gestão, as mercadorias que entram na Ilha de Hengqin através do Interior da China vão poder gozar do reembolso de impostos, como os valores pagos em imposto sobre o valor acrescentado (IVA), do consumo, etc. Por isso, caso essa medida for aplicada como o previsto e sem acidentes, irá reduzir os custos de investimento das empresas, e contribuir significativamente para o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia e de macrossaúde na Ilha de Hengqin.

No entanto, de acordo com as leis e regulamentos administrativos em vigor, a fiscalização e inspecção sanitária no posto fronteiriço da “primeira linha” entre a Zona de Cooperação Aprofundada e Macau continuam ainda a ser efectuadas. Segundo muitos residentes transfronteiriços que circulam entre Macau e Hengqin, é difícil para eles trazerem carne, ovos, legumes, frutas e medicamentos quando atravessam a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

fronteira. Mais, o respectivo processo de inspecção é moroso e envolve muitas formalidades, o que afecta gravemente a vontade de os residentes atravessarem a fronteira e de viverem na Ilha de Hengqin, sendo esse controlo sanitário ainda mais rigoroso em relação às empresas. Quanto a essa questão, o Governo referiu numa resposta à interpelação de um Deputado que, com vista a criar na Zona de Cooperação Aprofundada um ambiente conveniente que se aproxime da vida da população em Macau, os serviços competentes dos dois territórios estavam a coordenar-se e a estudar um regime de “lista branca” e o respectivo conteúdo. [2]

As obras principais do estabelecimento de inspecção dos Serviços de Alfândega na Zona de Cooperação Aprofundada foram concluídas em Setembro do ano passado e, conforme o previsto, a entrada em funcionamento dos corredores para veículos automóveis da 2.^a fase do Posto Fronteiriço de Hengqin será depois de Agosto. Por isso, na minha opinião, há que divulgar, quanto antes, os pormenores sobre a forma de funcionamento da passagem fronteiriça segundo a “política de gestão separada” e as respectivas políticas complementares, para as empresas e os residentes interessados em investir na Ilha da Montanha poderem preparar-se melhor.

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. Na “primeira linha”, o controlo financeiro visa as pessoas, mas não as mercadorias e, na “segunda linha”, estão sujeitas ao controlo as mercadorias, mas não as pessoas. Porém, como irá funcionar concretamente esse modelo de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

passagem fronteiriça [3]? Serão aplicadas medidas diferentes quando os residentes ou os veículos de Macau entrarem na Ilha de Hengqin para, de seguida, chegarem a outras cidades do Interior da China? Os produtos dentro dos veículos de Macau têm de ser inspeccionados novamente na fronteira se entrarem em Zhuhai através da Ilha de Hengqin?

2. Quais são as diferenças entre as normas que regulam o transporte de mercadorias de Macau para a Ilha de Hengqin, através do Posto Fronteiriço de Hengqin, e as que vigoram no posto fronteiriço de Gongbei? Será que o controlo vai ser mais tolerante? No controlo da “segunda linha” - como serão reguladas as restrições ao transporte de produtos / mercadorias que saem de Hengqin para Zhuhai? Qual é a diferença entre as medidas aplicadas a esse posto e as restrições vigentes para a entrada de produtos/mercadorias em Zhuhai através de outros postos fronteiriços de Macau? Em relação aos estabelecimentos comerciais que pretendam instalar-se no “Novo Bairro de Macau”, por exemplo, na importação de géneros alimentares ou bebidas alcoólicas para o “Novo Bairro de Macau” pelo sector da restauração, quais são as diferenças, em concreto, nas inspecções sanitárias e nas taxas alfandegárias, se entrarem no referido novo bairro através de Macau ou de Zhuhai?

3. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de construção das infra-estruturas para “gestão separada”, nomeadamente, a informatização complementar dos locais de fiscalização dos Serviços de Alfândega e a plataforma para prestação de serviços



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

públicos dos postos fronteiriços inteligentes da “segunda linha” na Zona de Cooperação Aprofundada? Quando é que vão ser divulgados os pormenores e as políticas complementares?

[1] “Liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha - Autoridades asseguram implementação ainda este ano”, Jornal “San Wa Ou”, 14 de Março de 2023

<https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A>

<https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A%E7%AE%A1>

[https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A%E7%AE%A1](https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A%E7%AE%A1%E4%BD%8F%E3%80%80%E7%B8%BD%E7%BD%B2%E7%A2%BA)

[https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A%E7%AE%A1](https://www.waou.com.mo/2023/03/14/%E4%B8%80%E7%B7%9A%E7%AE%A1%E4%BD%8F%E3%80%80%E7%B8%BD%E7%BD%B2%E7%A2%BA%E4%BF%9D%E5%B9%B4%E5%85%A7%E5%AF%A6%E6%96%BD/)

[2] Resposta da Secretaria para a Segurança à interpelação escrita do Deputado Ngan Iek Hang, 30 de Abril de 2023

<https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2023-04/63199643df09bc76ac.pdf>

[3] “Zona de Cooperação Aprofundada vai ter condições de encerramento no final do ano”, 14 de Setembro de 2022, Jornal “Ou Mun”

http://www.macaodaily.com/html/2022-09/14/content_1621408.htm

08 de Junho de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Hong Sai